

pela República Federal da Alemanha e pela Suécia no apoio às forças democráticas. Em especial, a Alemanha constituiu-se, «directa ou indirectamente, através de fundações e múltiplas instituições semipúblicas ou privadas», como a «grande fonte de financiamento externo de muitas organizações portuguesas, desde o PS aos outros partidos democráticos, associações de agricultores, sindicatos e, segundo parece, até mesmo sectores ligados à Igreja». Telo conclui que «os países da CEE não hesitaram em escolher o PS para parceiro privilegiado em Portugal e, com isso, deram um importante contributo para a afirmação interna de Mário Soares e do seu partido como centro civil do movimento de resistência» (pp. 256-257).

Completam este volume dois textos de carácter memorial, da autoria de Fernando Pereira Marques e Adriano Moreira. O primeiro constitui um relato pessoalizado, vivo e escorreito, dos «sete dias, sete noites» que se iniciaram na noite de 24 de Abril de 1974. Para esse relato, o autor convoca testemunhos vários, jornais da época e diplomas legislativos. Já o texto de Adriano Moreira, «Fronteiras: do império à União Europeia», analisa a evolução das diversas «fronteiras» portuguesas, praticamente desde o início dos Descobrimentos até à actualidade. O autor diagnostica, não apenas para o caso português, um «irrecusável [...] declínio dos valores patrióticos que sacralizaram as fronteiras geográficas no passado de cada Estado europeu» (p. 281). Deste modo, para

Portugal, as fronteiras de segurança, económica e cultural, não encontram coincidência com a fronteira geográfica. Enquanto a primeira corresponde, nos dias de hoje, à fronteira de segurança da NATO, a segunda identifica-se com a da União Europeia. Já a fronteira cultural pode encontrar-se, segundo o autor, na recente formação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (pp. 284-285).

LUÍS NUNO RODRIGUES

Fátima Patriarca, Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000, 556 páginas.

I

Este livro é um retrato quase cinematográfico dos acontecimentos do 18 de Janeiro de 1934. Veste-se, simultaneamente, da roupagem de reconstituição histórica, factual e rigorosa, de interpretação político-social, lúcida e perscrutante, do contexto sob que se gerou e teve lugar a greve geral revolucionária, e, ainda, e todavia não menos significativamente, anda de mãos dadas com um halo de romance histórico, de cavalaria medieval, de tal modo que terminei a sua leitura com a sensação de que tinha perpassado sob os meus olhos, nas figuras dos «sindicalistas

do 18 de Janeiro», uma magnífica plêiade de pequenos-grandes heróis da nossa história.

II

Não são poucos, e menos significativos, os méritos desta obra:

1.º O rigor da sua elaboração, o carácter de investigação de raiz, e não de síntese reprodutiva.

2.º O cuidado posto no cruzamento de todas as fontes documentais existentes, aliado à compreensão do tipo de leitura interpretativa que delas há que fazer (por exemplo, a cautela sob que necessariamente coloca as descrições constantes dos autos policiais dos operários detidos, ou aquela sob que invoca o natural proselitismo dos comunicados sindicais, ou ainda a distanciação a que pertinentemente se obriga quando procede à rememoração de escritos de personalidades, como Bento Gonçalves, ou José Gregório, ou Francisco Martins Rodrigues).

3.º Por isso mesmo, a patente isenção de que se rodeou e que a afastou nitidamente de potenciais «solidariedades corporativas» em relação a outros «operários do mesmo ofício», historiadores ou analistas sociais.

4.º A metodologia da exposição, a precisão, diria quase milimétrica, dos factos que conseguiu apurar, enfim, uma secura de linguagem própria do rigor do historiador, mas não despida de passagens evocativas, próximas talvez do poeta ou do romancista!

III

O que de mais importante se pode retirar deste livro?

Muitas e muitas coisas. Todavia, permitir-me-ia, a título de exemplo apenas, relevar o seguinte:

1.º Não tem qualquer sentido reconduzir o 18 de Janeiro à Marinha Grande. Fica mais do que demonstrado que a versão oficial (interesseira, por natureza) e a versão do Partido Comunista (também obviamente interesseira) — ao prestarem destaque quase único à Marinha Grande, aos vidreiros e à liderança comunista — não logram comprovativo na realidade dos factos.

2.º Ganha sentido, sim, «recolocar» o 18 de Janeiro na sua dimensão histórica exacta: um movimento operário insurreccional, que visava a reconquista das liberdades sindicais, a par do derrube do regime do Estado Novo.

3.º Neste contexto, a Marinha Grande é um episódio «mediático» (assim o diríamos na linguagem corrente), porque envolve uma ocupação da vila pelos revoltosos — ainda que de duração muito curta —, o assalto aos correios e a rendição da GNR. Sobretudo esta é, de facto, paradigmática. Mas não há greve, não houve «soviete» nem içar de bandeira vermelha nos Paços do Concelho.

4.º O episódio da Marinha Grande é, por outro lado, reposto quanto à autoria do seu comando: se é verdade que a CIS e o PC têm peso significativo na direcção do Sindicato

Nacional dos Vidreiros, não é menos verdade que se comprova a participação empenhada da CGT e de trabalhadores de outras correntes político-sindicais.

5.º Fica igualmente comprovado que o movimento operário insurreccional, de que expressões concretas vão ter lugar para além da Marinha Grande, se gera e desenvolve com o concurso das duas principais correntes sindicais — a anarquista e a comunista — e com o envolvimento dos sindicalistas socialistas (a Federação das Associações Operárias) e da corrente sindical autónoma (COSA — Comité das Organizações Sindicais Autónomas).

6.º Fátima Patriarca descreve bem os entendimentos e desentendimentos surgidos entre estas várias correntes e clarifica melhor o seu peso respectivo. É indubitável que a CGT e a corrente sindical anarquista tiveram, neste processo, uma influência marcante. Isto não elimina o papel dos comunistas — que não pode ser esquecido ou menorizado —, mas repõe a verdade essencial: e essa é a do contributo das várias tendências sindicais (anarquista, comunista, socialista e a dos autónomos), segundo os factos que conseguiu demonstrar.

Não me parece que seja muito importante, hoje, «contar espingardas», ou seja, procurar apurar se os anarquistas foram mais decisivos do que os comunistas, ou se os socialistas ou os autónomos não tiveram significado relevante. Houve uma convergência de esforços, emergiu

uma implicação de todos — mesmo que não tenha ocorrido uma unidade estratégica, organizativa, táctica, como parece evidente pela comprovação dos desencontros, pelas falhas de articulação, pelas recriminações que, «antes e depois», choveram de uma banda e de outra, em recíprocas acusações.

7.º Neste contexto, importaria retirar a conclusão de que o «18 de Janeiro» merece ser comemorado, doravante, não apenas na Marinha Grande, como tem sido tradicional, mas também em Silves, em Sines, em Almada, zonas onde a «história que se fez» deixou na tumba as ocorrências — essas, sim, muito significativas — do que ali se passou; mas onde a «história que hoje rompe novos véus» já permite, sem margem para dúvidas, reconhecer que o «18 de Janeiro» é ali que conquista contornos historicamente mais iluminantes.

Em suma, Silves, Sines, Almada, precisam de ser «transladadas» da campa rasa em que as colocaram para o «panteão» do verdadeiro «18 de Janeiro».

IV

As «luzes» que a obra de Fátima Patriarca abriu não me deixaram, em todo o caso, completamente elucidado. Sei que a isso também não se propunha, antes expressamente admite que há ainda muito para pesquisar.

Julgo que o maior aplauso que lhe podemos dirigir é incitá-la a prosseguir, a aprofundar, a contextualizar mais articuladamente o período polí-

tico, e económico-social, sob que teve lugar a greve geral de 1934.

De facto, terminada a leitura da sua obra (reconheço que foi leitura rápida e superficial), há aspectos para os quais não encontrei resposta concludente.

1.º Por que razão uma «greve geral insurreccional», como a de 18 de Janeiro, não atingiu áreas mais vastas do país? As expressões concretas do movimento — com ou sem falhanços — têm lugar onde? Na Marinha Grande, Lisboa, Coimbra, Leiria, Barreiro/Almada, Martingança, Silves, Sines, Vila Boim (Elvas), Algez-Tunes-Funcheira.

Se descontarmos, destas localidades, aquelas onde se registaram alguns isolados actos de sabotagem e quase nenhuma movimentação operárias (Coimbra, Leiria, por exemplo), resta uma «geografia» insurreccional muito estreita e, ademais, como explica Fátima Patriarca nos «esboços monográficos», muito variável nas suas expressões.

Há aqui «zonas brancas» cuja explicação mais detalhada fica por fazer: que aconteceu, realmente, no Porto, em Vila do Conde, Matosinhos; que não se passou na Covilhã? Qual a razão por que a organização da greve não conseguiu chegar até estas zonas do país? Que factores a impediram? De que pressupostos partiram os «líderes» do movimento para suporem que seriam suficientes as expressões da greve e das sabotagens apenas nas localidades em que tiveram lugar, com mais ou menos insucesso embora?

Em suma: o que pode explicar que a greve geral se tenha circunscrito a algumas localidades apenas?

2.º Parece demonstrado que a greve geral se deveria desencadear em paralelo e em simultâneo com uma revolta militar e política. Fátima Patriarca assinala-o quando refere esperar-se que aos militares e civis competiria atacar os «centros fulcrais do exercício do poder» e aos sindicatos competiria provocar o caos através das sabotagens e a paralisação da economia pela greve geral (p. 487). E por isso mesmo não deixa de referir que estamos perante o «clássico figurino que, combinando o levantamento militar e a greve dos meios operários e populares, tinha profundas raízes na cultura e prática política nacionais» (p. 488).

Ora, a ser assim (e é totalmente plausível que assim devesse ser), a verdade é que a vertente política e militar da insurreição não saiu à rua. Porquê?

Isto pode ter uma explicação e a obra não a escamoteia: Salazar preocupou-se, antes de tudo, com os perigos da revolta militar e republicana. Daí o «xeque-mate» aos republicanos, a deportação para Angra do Heroísmo de centena e meia de opositores mais perigosos em finais de Novembro de 1933, a anterior subjugação do «levantamento militar» em Bragança, as prisões de militares, como as de Sarmento Beires e de aliados seus, na noite de 21 para 22 de Novembro em Lisboa.

O leitor fica a perceber, portanto, que o poder político, se não decapitou, pelo menos, retirou possibilida-

des reais de actuação ao movimento militar e civil republicano. E percebe, igualmente, que o contexto internacional — com a vitória das forças de direita nas eleições espanholas — restringe drasticamente os apoios que pudessem advir das fronteiras vizinhas.

Mas então por que prosseguiu a preparação da greve geral insurreccional? Como entender as probabilidades mínimas de eventual sucesso desta se não estavam garantidos apoios efectivos da parte política e militar?

É óbvio que não se mata um elefante com uma físga.

Ora, os sindicalistas não contam, afinal, com o apoio real, sequer com a cumplicidade, de um único quartel, de uma esquadra de polícia, de um batalhão de soldados e sargentos, de um canhão ou de um fusil...

Torna-se-me, por isso, dificilmente compreensível a sua persistência em irem até ao fim, mesmo que sozinhos, sabendo os riscos em que incorriam — e em que, afinal, incorreram, como está atestado.

Fátima Patriarca responde a esta questão aludindo a um *baroud d'honneur* da parte dos sindicalistas. Pode ser que, de facto, se tivesse tratado de uma espécie de «último grito dos moicanos» esta greve geral do 18 de Janeiro.

Se o foi, nem por isso deixa de ser um grito que vem do fundo da história. Mas conviria saber por que razões só eles gritaram e por que motivos se viram sozinhos.

HENRIQUE NASCIMENTO RODRIGUES

Geffray, Christian (2001), Trésors – Anthropologie analytique de la valeur, Estrasburgo, Arcanes, 186 páginas.

Trésors é uma obra extraordinária. Publicada em 2001, coincidiu com a surpresa da morte do seu autor, no auge de uma intensa carreira que marcou a antropologia contemporânea: é, assim, um testamento sem o ser. Livro curto e denso, constitui um resumo de inquietações que foram sendo enunciadas num programa científico que já tinha levado Geffray a Moçambique e ao Brasil, da estrutura social da guerra até à estrutura social do narcotráfico, do Estado vazio ao Estado dependente. Um fim que não acaba, portanto, deixando o fascínio de uma investigação que fica suspensa. E que promete ainda.

Trésors é constituído por duas partes. Na primeira — introdução, três capítulos e conclusão — trata-se da mercadoria, da troca e do valor. Na segunda, um terço do livro, estão quatro ensaios independentes, complementares, sobre os exemplos que o trabalho de campo sugere, sobre as obras de referência (Mauss, como também antes discutira Lacan, Lévi-Strauss, Marx e Malinowski), sobre os temas (a morte, o sagrado, a moeda, a mercadoria), sobre a interpretação da história e da relação entre mercado e Estado. Ao longo do texto, Geffray vai descobrindo a sua tese: a vida social vive oposta entre dois pólos, o das subjectividades, da fé,